



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

📖 Pauta da Reunião

1. Leitura da Ata do dia 12 de julho de 2023;
2. Apresentação do novo portal da transparência (Júnior José Costa – Gerente de Transparência Institucional);
3. Avaliação da ATRICON (Amanda Fagundes Lima – Gerente de Fiscalização – TCE-GO e Gabriela de Souza Figueredo Machado – Serviço de Fiscalização da Administração do Estado – TCE – GO);
4. Apresentação do resultado da consulta Governo Aberto (Leandro Monteiro dos Santos – Superintendente da Controladoria Especializada em Participação Cidadã);
5. Adesão à OGP – *Open Government Partnership* (Diego Ramalho Freitas – Subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidoria Geral);
6. Semana Internacional de Combate à Corrupção (Diego Ramalho Freitas – Subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidoria Geral).

Desenvolvimento da Reunião

No dia 18 de outubro de 2023, às 14h34 (quatorze horas e trinta e quatro minutos), teve início em primeira convocação, via plataforma ZOOM, contando com a presença de 09 (nove) dos seus membros, titulares e suplentes, a 62ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião o Sr. Diego Ramalho Freitas, Secretário Executivo do Conselho, declarou aberta a reunião. Diego apresenta a pauta do dia. Submete à aprovação pelos presentes da ata da 61ª Reunião Ordinária. Aprovada sem ressalvas. Júnior José Costa, Gerente de Transparência Institucional, traz a segunda pauta: apresentação do novo portal da transparência. Júnior inicia falando que a ideia de uma nova página de transparência começou a ser pensada em 2020, sendo colocado no ar em 17 de julho de 2023, graças à parceria entre CGE (Gestora do Portal da Transparência) e a SGG, fornecendo os profissionais de TI. O novo portal possui 67 (sessenta e sete) novos painéis com a linguagem de Power Bi. Dividiu-se em 6 grupos: planejamento, receitas, despesas, pessoal, convênios, e gestão fiscal e governamental. Cada grupo abre para outras abas onde se encontram os painéis. Todos os painéis possuem filtros de busca, é possível exportar os dados (conceito de dados abertos), onde as informações podem ser tratadas pelos usuários. Sendo atualizado diariamente em painéis de receitas e despesas, mensalmente e quadrimestralmente conforme a legislação. Júnior mostra, por meio de links, como acessar outros painéis do governo estadual como Expresso, E-Sic (Sistema de Ouvidoria), Siga (Estrutura Administrativa do Estado) e outros. Para atender a LAI (Lei de Acesso à Informação), a nova Lei de Licitação e ao Controle Externo (ATRICON), novos painéis foram criados tais como: renúncia de receitas, dívida ativa, emendas parlamentares, obras públicas, relação de fiscais dos contratos, concursos públicos, Plano de Contratações Anual (previsão de gastos pelos órgãos), terceirizados, julgamentos das contas pelo Tribunal de Contas, Plano Estadual de Saúde, Plano Estadual de Educação e pesquisa de satisfação (o usuário interage tirando dúvidas, dando sugestões e criticando o portal). Júnior apresenta outra novidade em desenvolvimento, a Vitrine da Transparência, que consiste em um menu com os principais assuntos buscados pela população, tais como: educação, saúde, transporte, infraestrutura e segurança pública. Júnior afirma que o novo portal da transparência está em contínuo desenvolvimento, aberto às correções, conforme os problemas sejam identificados. Observa que algumas melhorias estão sendo pensadas como: criar uma busca em todo o site; trazer informações sobre os benefícios sociais, que não são obrigatórios, mas são relevantes para a transparência; criação de um tutorial para facilitar o acesso da sociedade às informações contidas na página, melhorando a linguagem e facilitando o acesso. Júnior finaliza falando sobre a ferramenta *Google Analytics*, que auxilia na análise dos acessos ao portal, possibilitando gerar relatórios com quantos acessos tivemos, quais as informações mais procuradas e de onde foram feitas as pesquisas. Diego



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

retoma a palavra agradecendo toda a equipe pelo trabalho, que começou com o Bruno Paixão, tendo continuidade com Rolin e Weyk, sendo entregue a equipe do Júnior. Deixa registrado todo o carinho e atenção para toda a equipe que trabalhou arduamente para a realização do projeto. Ressalta a energia gasta para adaptar o portal com a metodologia da ATRICON e convida todos os conselheiros a olharem o portal, demandando à Subcontroladoria e à Gerência de Transparência. Diego abre a palavra para os conselheiros que queiram fazer alguma observação sobre o assunto exposto. Luiz Antônio Ribeiro de Souza, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia, toma a palavra parabenizando o Júnior e toda a equipe envolvida no interessante projeto. Destaca que o portal é uma ferramenta muito útil para a sociedade. E questiona se quem utiliza pode ser identificado nos relatórios por meio do IP? Ressalta que o papel dos conselheiros é verificar se o dinheiro gasto atende os anseios da sociedade. Júnior responde que os relatórios gerados pela ferramenta não chegam a informar o IP, trazendo o local, a região e o país. Diego lembra que o eixo transparência faz parte do *Compliance* e que Goiás está concorrendo ao prêmio de inovação da ENAP, que a votação popular está aberta, pedindo que todos votem. Dra. Gabriela de Souza Figueredo Machado, Serviço de Fiscalização da Administração do Estado, traz a terceira pauta: Avaliação da ATRICON. Dra. Gabriela inicia falando do Programa Nacional da Transparência Pública, enfatizando que o direito à livre informação do cidadão é um compromisso do poder público. E a concretização desse compromisso exige atuação de todos os poderes e órgãos da República, a exemplo dos tribunais de contas, e da própria Controladoria Geral, que ocupam uma posição central em relação as estratégias de difusão dos valores da transparência pública, a fim de apoiar os tribunais de contas no exercício de suas competências constitucionais. A ATRICON tem coordenado diversas ações voltadas para o aprimoramento da uniformização, dos entendimentos e do controle e fiscalização de todo o país. Relativamente à temática da transparência pública, a ATRICON vem expedindo várias resoluções sobre o tema, e essas resoluções se constituem como referências para que os tribunais de contas consigam implementações internas de forma uniforme. Avançando para além dessas diretrizes, a ATRICON, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e o TCU, com o apoio de todos os tribunais de contas, do Instituto Rui Barbosa, do Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas (CNTPC), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), instituíram em 2022 o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular e induzir a



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

transparência pública de órgãos e poderes de toda Nação. Esse programa adota como estratégias principais a divulgação de critérios de transparência nacionais de forma uniforme, alinhadas com a legislação específica, para que sirvam de subsídio aos controles internos, externos e social. Outra estratégia é a avaliação periódica dos atendimentos desses critérios, por meio dessas ações coordenadas, que é o levantamento da transparência, que nós fazemos. E, posteriormente, a concessão do selo de qualidade da transparência pública dos órgãos e poderes que atenderem aos requisitos mínimos definidos no programa. E, por fim, a divulgação dos resultados na internet, no site denominado Radar da Transparência Pública, que propicia melhores condições para a participação do controle social. Em 2023, ocorreu o segundo ciclo do programa, estamos na fase de validação definitiva, por parte dos tribunais de contas, onde cada órgão e cada poder já fez sua avaliação. Foi feita uma validação provisória, abrindo contraditório a todos os órgãos e poderes. Fizemos a validação definitiva e agora estamos na fase de controle de qualidade da ATRICON, que irá fazer uma análise por amostragem dessas avaliações. O Programa Nacional de Transparência Pública, engloba três projetos: o primeiro é a institucionalização do Mês da Transparência Pública, que estabeleceu 18 de novembro como o Dia da Transparência no âmbito dos tribunais de contas, para chamar a atenção para esta temática. O segundo é o levantamento nacional da transparência pública, que é periódico e ocorre pela verificação da transparência ativa das informações exigidas nos instrumentos normativos. Por fim, a divulgação do resultado no Radar da Transparência. Em relação a metodologia desse levantamento, foi utilizada uma matriz dividida em dimensões, critérios e itens de avaliação. As 'dimensões' são os assuntos, os objetos de análise dos portais, tendo como exemplo: informações institucionais, contratos, receitas e despesas. Os 'critérios' são os quesitos a serem examinados nos portais, como perguntas. Na 'dimensão' estão as informações prioritárias: Possui site oficial na internet? Possui portal da transparência compartilhado? O acesso oficial está visível no site? A matriz de avaliação contém no total 121 (cento e vinte e um) critérios, e as respostas são objetivas: atende ou não atende. Deste total, 70 (setenta) critérios são comuns a todos os órgãos e poderes, os demais são específicos a cada um, como aspectos próprios, conforme as atividades desempenhadas por cada um. Os critérios foram divididos em essenciais, obrigatórios e recomendados. Os 'essenciais' possuem um peso maior, são aqueles referentes à execução orçamentária e financeira. Se o poder ou órgão deixar de dar transparência (aos critérios essenciais), ficará proibido de receber as transferências voluntárias e contratar operações de crédito. Os



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

'obrigatórios' possuem um peso de um e meio, são aqueles cuja divulgação na internet está explícita nas legislações e nos normativos. Os 'recomendados' possuem o peso um, são informações importantes para o público, não sendo exigida expressamente na legislação, mas são consideradas boas práticas que devem ser estimuladas. É importante registrar que cada nota de cada critério é definida de acordo com os itens de avaliação, exemplos: atualidade, disponibilidade, série histórica, gravação de relatórios e filtros de pesquisas. Uma alteração significativa na metodologia foi implementada: antes cada critério, como disponibilidade e atualidade, pontuava de forma individual. A ATRICON, numa opção de forçar os órgãos e entidades a darem transparência a todos esses itens, junta todos em um único critério; se acaso um dos itens não for atendido, o órgão e entidade não pontuam em nenhum. ATRICON esperava uma redução do índice de transparência. Essa redução não significaria que houve uma piora na divulgação das informações, porque houve uma mudança de critérios. É importante registrar que, no Estado de Goiás, nenhum dos órgãos tiveram uma queda brusca nesses critérios. Houve um engajamento dos órgãos e entidades do poder executivo em atender da forma estabelecida, tendo um bom êxito. Ressalta que a função do Tribunal de Contas não é penalizar, mas sim uma parceria com o objetivo de aumentar a transparência. Hoje fazemos uma análise horizontal, vendo se contém as informações e, futuramente, uma análise vertical onde avaliaremos a qualidade da informação. A partir desse levantamento verificamos o nível de transparência. A depender do nível de transparência alcançado, os portais irão ser classificados nas seguintes categorias: Diamante, Ouro, Prata, Elevado, Intermediário, Básico, Inicial ou Inexistente. Essa classificação ocorre por meio de faixas. O órgão consegue a classificação Diamante se atender ao nível de transparência de 95% a 100% e atendendo em 100% os critérios essenciais; caso não atenda aos critérios essenciais, os órgãos não receberão os selos Diamante, Ouro, nem Prata, eles são classificados, entretanto, não ganham os selos. Para ganhar (classificação) Ouro tem que atingir 85% a 94%, Prata de 75% a 84%, Elevado de 75% a 84%, sem atender todos os critérios essenciais; o Intermediário de 50% a 74%, o Básico de 30% a 49%, o Inicial de 1% a 29% e o Inexistente de 0%. Todo o trabalho será finalizado no dia 13 de novembro. Dra. Gabriela concluiu parabenizando todo o empenho da controladoria, dos órgãos e entidades do estado pelo excelente trabalho realizado nesta etapa, resultado da evolução de cada um em conjunto com a parceria com o Tribunal de Contas. Diego retoma a palavra agradecendo a participação da Dra. Gabriela e encaminhando para a próxima pauta. Leandro Monteiro dos Santos, Superintendente



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

da Controladoria Especializada em Participação Cidadã, que apresentou a terceira pauta: Apresentação do Resultado da Consulta Governo Aberto. Leandro fala da *Open Government Partnership* (OGP), que é uma iniciativa global que procura incentivar estados nacionais, estados locais e municípios aderirem às práticas como transparência, participação cidadã, inovação e responsabilização. Como um ecossistema de cooperação de sentido mútuo para essas práticas. E o governo do estado está concluindo os processos para participar dessa organização. A OGP procura trazer protagonismo ao cidadão, ele é visto de forma mais proativa, abrindo para o diálogo. Definimos alguns temas que foram divididos em dois questionários, o primeiro com os temas ouvidoria, participação, conselho e educação cidadã, e o segundo com transparência e governo aberto. Foram 17 perguntas para cada questionário, com cinquenta e uma mil participações, entre cidadãos, academias, governos e sociedade organizada. Resumindo, criamos dois questionários, ouvimos os cidadãos, fizemos uma campanha de engajamento, onde mais de cinquenta mil pessoas participaram, trazendo percepções quantitativas e qualitativas. Levamos os dados para a cocriação junto com os cidadãos, academias, governos e sociedade organizada, fazendo a leitura dos dados e os transformando em três compromissos estruturados. Esses compromissos estruturados serão levados para a população, para que votem entre as três opções selecionadas. O compromisso estruturado escolhido se transformará em um plano de ação, que o governo e a sociedade, numa ação transversal, implementarão. Leandro finaliza com dados estatísticos das participações nas respostas dos questionários, se comprometendo a enviar toda a pesquisa para a avaliação dos conselheiros. Diego retoma a palavra falando da quinta pauta do dia, a adesão à OGP – *Open Government Partnership*. Explica que a OGP abriu cinquenta vagas para a adesão dos parceiros locais. Que o Estado de Goiás tem até dezembro para apresentar a carta de adesão, a pesquisa e a criação de um fórum de governo aberto. Recebendo o resultado em abril de 2024. No Brasil a CGU, a Prefeitura de São Paulo, o Governo de Santa Catarina e mais um município já possuem adesão à OGP. Diego passa para a sexta pauta, Semana Internacional de Combate à Corrupção. Todo ano o governo do estado organiza a semana de combate a corrupção com vários eventos, coincidindo com o dia 09 de dezembro, Dia Internacional de Combate à Corrupção. A semana está sendo coordenada pela CGE, incluindo SGG, Ministério Público, CGU, TCM e UNESCO, que é a novidade deste ano, graças ao evento que está sendo projetado para o ano que vem, a primeira Cúpula Internacional de Ética no Setor Público, onde será assinado um convênio com a Unesco. Nas próximas semanas



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

começarão a divulgação do evento, caso queiram participar com algum painel ou proposta que caiba na semana Internacional de Combate à Corrupção, entre em contato comigo para que possamos construir o que será essa semana. A CGU trará a Turma da Mônica, com o projeto de ética e cidadania nas escolas municipais. Nós encerraremos o ano com as entregas do *compliance* municipal; o Programa de Compliance Estadual; o FOCO; o Ranking da Transparência dos órgãos e entidades do governo estadual; a premiação do Estudante de Atitude, com a participação de 40 (quarenta) escolas classificadas; eventos da correição, da ouvidoria e da auditoria. Diego concluiu reforçando o convite para que todos participem da Semana Internacional de Combate à Corrupção e abre para esclarecimento de qualquer dúvida dos presentes. O Prof. Pedro Henrique Evangelista, da Universidade Federal de Goiás, pergunta como foi a aplicação do questionário. Leandro responde explicando que foi uma construção que iniciou em 2019, realizando uma série de programas, construindo relacionamentos. A própria UFG ajudou o programa de *Compliance* dos Municípios que abrange dezenas de municípios, Estudantes de Atitude, Embaixadores da Cidadania, o engajamento dos servidores e das chefias solicitando que os questionários fossem respondidos. Finaliza se colocando à disposição para maiores esclarecimentos. Diego complementa dizendo que na CGE e nos demais órgãos tem uma premissa de participação: o Código de Ética do Servidor, que foi construído com base numa consulta pública; recentemente a equipe da auditoria auditou um programa da SEDUC, onde 120 mil alunos responderam. Esses dados, aliados com os outros programas já citados, fizeram com que chegássemos a esse resultado. Não havendo nada mais a ser tratado, às 15h45 (quinze horas e quarenta e cinco minutos), o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião. -----

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Henrique Moraes Ziller	
Suplente: Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho	
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	-
Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	
Secretaria de Estado da Casa Civil	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Titular: Renato Neves Vieira	
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	-
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Marco Túlio Pereira de Campos	
Suplente: Dorival de Souza Pereira	
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	
Suplente: Andréa Cristina Gomes dos Santos	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Guilherme de Melo Batista Pereira	
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	
Suplente:	-
Universidade Estadual de Goiás	
Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	-
Suplente: Talles Mendes de Castro	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	-
Suplente: Ricardo Sartori Cella	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Hugo Leonardo de Araújo Godinho	-
Suplente: Geovanni Maciel Gonçalves	
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Carlos Alberto de Paula Moura Junior	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-